

“Yo hablo un perfeito português”: Indexicalidade, ideologia linguística e desafios da fronteira a políticas linguísticas uniformizadoras

Daniel do Nascimento e SILVA¹
Adriana Carvalho LOPES²

¹ Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), dnsfortal@gmail.com, orcid.org/0000-0002-6098-5185

² Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), adrianaclopes14@gmail.com, orcid.org/0000-0002-6068-8308.

RESUMO Este artigo tem um duplo objetivo, um teórico e outro empírico. Teoricamente, o artigo revisita os conceitos de ideologias linguísticas e indexicalidade, entendidas como chaves teóricas utilizadas por estudos recentes sobre práticas comunicativas situadas que evitam tomar o “dado” linguístico em seu valor de face, isto é, que buscam problematizar o caráter interacional do “dado” e a feição ideológica, portanto interessada, das crenças sobre linguagem envolvidas na própria geração do dado. Empiricamente, este estudo parte de duas interações, das quais fomos diferentemente participantes, para problematizar a importância de levar em consideração uma atenção às crenças sobre a linguagem – hegemônicas e alternativas – e à indexicalidade de eventos de geração de dados, como as entrevistas, na própria teorização sobre linguagem. Partindo das projeções de Fabian Severo e Dilma Rousseff sobre língua padrão, portunhol e diversidade linguística, nos eventos de que participamos, questionamos as lentes padronizadoras da diversidade linguística.

ABSTRACT This paper has a twofold objective – a theo-retical and an empirical one. Theoretically, the article revisits the concepts of language ideologies and indexicality, understood as theoretical keys deployed by

scholarship on language that avoids taking the linguistic data at face value, i.e., scholarship that seeks to gauge the interactional character of the data and its ideological hence interested facet of beliefs about language in the very gathering of the data. Empirically, the study centers on two pieces of interaction, of which we differently participated, in order to problematize the importance of taking into account the beliefs about language – both hegemonic and alternative – and the indexicality of events such as interviews in the very theorizing of language. By analyzing the communicable projections by Fabian Severo and Dilma Rousseff about standard language, Português and linguistic diversity, we question the very uniformizing lenses of linguistic diversity.

PALAVRAS-CHAVE fronteira. indexicalidade. ideologia linguística. Fabian Severo. Dilma Rousseff.

KEYWORDS border. indexicality. linguistic ideology. Fabian Severo. Dilma Rousseff.

Introdução

Treis

Noum sei como será nas terra sivilisada
mas ein Artigas
viven los que tienen apeyido.

Los Se Ninguéim
como eu
semo da frontera
neim daquí neim dalí.

No es nosso u suelo que pisamo
neim a lingua que falemo.
(Fabian Severo, Noite nu norte, 2013, p. 12.)

Uma questão importante que se pode extrair da experiência de se viver em um estado-nação como o Brasil, que continuamente se reinventa nos termos da padronização e da uniformização de “sua cultura pública” e “sua língua nacional”, é: como lidamos com a diversidade num país que a toda hora reivindica o Padrão como medida?

Neste texto, procuramos delinear algumas nuances políticas e ideológicas dessa questão, assim como buscamos observar empiricamente como dois sujeitos situados, diferentemente, “à margem” ou “na fronteira”, respondem a ela. Assim, empiricamente, partiremos de uma entrevista com o poeta Fabian Severo, nascido na fronteira do Uruguai com o Brasil, região em que, ao lado do que se convencionou chamar português e espanhol padrões, comumente se fala portunhol – forma linguística híbrida resultante do contato entre português e espanhol – e de um discurso de Dilma Rousseff realizado também em portunhol, para apontar como esses sujeitos racionalizam os enquadres de uniformização a que suas práticas

são submetidas e como efetuam alianças para além de imaginações de uniformidade, pureza e circunscrição. Teoricamente, o texto dialoga com as noções de “ideologia linguística” e “indexicalidade”, entendidas como chaves teóricas utilizadas por estudos recentes sobre práticas comunicativas situadas que evitam tomar o “dado” linguístico em seu valor de face, isto é, que buscam problematizar o caráter interacional do “dado” e a feição ideológica, portanto interessada, das crenças sobre linguagem – tanto de quem é pesquisado quanto de quem pesquisa – na própria geração do dado.

O texto a seguir se organiza da seguinte forma. A seção 2 aborda a imaginação monolíngue que tem enquadrado o que se entende por forma padrão do português e a própria situação de diversidade linguística do Brasil. Nessa sessão e na seguinte, revisitamos o conceito de ideologia linguística, dando especial atenção à “cultura do Padrão monoglota”, termo cunhado por Silverstein, para pensar as crenças sobre norma padrão no contexto estadunidense – bastante semelhante aos contextos brasileiro e uruguaio. A seção 4 aborda o conceito de indexicalidade e a importância dele para compreender a história interacional dos dados que informam a presente pesquisa. A seção 5 trata do discurso metapragmático ou reflexivo de Fabian Severo e Dilma Rousseff, que diferentemente racionalizaram oportunismo como uma forma de se posicionar diante da naturalização da cultura do Padrão monoglota.

1. Peles multilíngues, máscaras monolíngues

Em 1999, Marilda Cavalcanti publicou um estudo de fôlego, que mapeava os estudos de educação bilíngue do Brasil, ao mesmo tempo em que fotografava o cenário multilíngue do país. Nesse artigo, Cavalcanti (1999) propõe que a invisibilização do multilinguismo no

Brasil – com exceção do bilinguismo envolvendo línguas de prestígio, conhecido como “bilinguismo de elite” – anda de mãos dadas com uma poderosa ideologia: a de que o Brasil é um país monolíngue. De fato, a autora aponta que essa ideologia não é exclusiva do Brasil:

Não é somente no Brasil que essa imagem de cenário monolíngue predomina. Mesmo se tendo a informação de que o bilinguismo está presente em praticamente cada país do mundo – Grosjean (1982, p. 7) diz que certa da metade da população mundial é bilíngue – segundo Romaine (1995, p. 9), é o monolinguismo que representa a norma, é o monolinguismo que é a base para os estudos linguísticos. De fato, para a autora, o monolinguismo deveria ser tratado como caso especial, como desvio da norma, e o bilinguismo deveria representar a norma. Diz ainda a autora (ROMAINE, 1995, p. 8): Há cerca de trinta vezes mais línguas do que há países. Isso implica a presença do bilinguismo em praticamente todos os países do mundo (CAVALCANTI, 1999, p. 388).

Assim, mesmo que as comunidades indígenas, surdas e de imigrantes utilizem cerca de 200 línguas diferentes no Brasil e mesmo que haja “cerca de trinta vezes mais línguas do que há países” no mundo, um curioso valor linguístico – o monolinguismo – parece ser naturalizado como o *default* das interações, como lente por meio da qual se olha para cenários sociolinguisticamente complexos, no Brasil e além dele (ver GRAMLING, 2016).

Cavalcanti correlaciona ainda a condição de invisibilidade dos contextos bilíngues de minorias (como os indígenas, de imigrantes, de comunidades de fronteira e surdos) com o fato de, em tais contextos, as línguas ou variedades de línguas utilizadas serem, de alguma forma, “estigmatizadas”. Tais contextos multilíngues minoritários envolvem sempre, em alguma medida, “alguma variedade de baixo prestígio do português ou de outra língua lado a lado com a variedade

de português convencionada como padrão” (CAVALCANTI, 1999, p. 388). Embora Cavalcanti não torne explícito em seu texto, é possível ler de sua densa discussão que o que se convencionou como português padrão está, de alguma forma, associado a uma imaginação de país monolíngue – portanto, (tido como) uniforme.

Em texto publicado três anos antes do mapeamento de Cavalcanti, Michael Silverstein (1996) faz uma conexão explícita entre norma padrão e ideal monolíngue nos Estados Unidos. Para ele, os problemas “essencialmente sociopolíticos do plurilinguismo” na sociedade são metrificados, racionalizados e, frequentemente, decididos nos termos de um ideal monolíngue de nação (CAVALCANTI, 1999, p. 284). Partindo de uma extensiva análise de comentários sobre a língua em jornais, Silverstein começa o seu ensaio argumentando que, embora o “plurilinguismo societal esteja em todo lugar ao nosso redor”, a noção de língua padrão funciona como reivindicação de Cultura pública uniforme. Ou seja, a língua padrão funciona como importante métrica e parâmetro da (suposta) uniformidade cultural de nações como Estados Unidos e Brasil. Nas palavras do autor, pelo fato de vivermos em um Estado nação que “perpetuamente tenta se constituir como uma sociedade oficialmente unificada com uma Cultura pública uniforme”, uma das formas de circunscrever as arestas dessa cultura é por meio da linguagem – “na forma da reivindicação ou oposição a algo que [...] chamarei de Padrão” (CAVALCANTI, 1999, p. 284).

Assim, Silverstein problematiza o que ele chama de uma “cultura do Padrão monoglota”, frequentemente invocada para racionalizar ou justificar a variação e a diferenciação linguísticas. Perceba que estamos utilizando os próprios termos que Silverstein utilizara em texto pioneiro, de 1979, em que ele definia ideologias linguísticas: “quaisquer conjuntos de crenças sobre língua articulados pelos usuários como uma racionalização ou justificação de estrutura e uso linguístico percebidos” (SILVERSTEIN, 1979, p. 193). Assim, a

cultura do Padrão monoglota, como qualquer ideologia linguística, “é um ideal [que] subjaz à compreensão que as pessoas têm do uso linguístico em sua comunidade” e que “está por trás ou é pressuposto pelo modo como as pessoas entendem o comportamento sociolinguístico como performance de uma ordem coletiva (social, “natural”, divina ou qualquer outra)” (SILVERSTEIN, 1996, p. 285). Ideologias linguísticas são modos coletivos de atribuir sentido ao comportamento e à ação “interpessoalmente consequentes” (SILVERSTEIN, 1996, p. 285) – ou, como Irvine e Gal iriam propor em 2000, ideologias linguísticas são *ideologias* e não meras “visões” de linguagem porque “elas são repletas das questões políticas e morais que se alastram num campo sociolinguístico particular e são *sujeitas aos interesses da posição social de seus portadores*” (IRVINE; GAL, 2000, p. 35, grifo nosso). Ao grifar o último sintagma gostaríamos de sublinhar o caráter interessado das ideologias linguísticas, algo que pode ser localizado na posição social de quem enuncia uma determinada ideologia – de forma que, em vista do inerente conflito de classes de uma sociedade, ideologias linguísticas também se situam no campo da disputa e da controvérsia.

Em diálogo com a obra de Franz Fanon (2008 [1952]), “Pele Negra, Mascaras Brancas”, em que esse influente pensador destaca que o homem negro (a pele negra) não é uma realidade fenotípica, mas um processo de significação e distinção construído pelo homem branco e seu olhar colonizador, entendemos que as “máscaras monoglotas” são ideologias linguísticas interessadas, que não se restringem, apenas, ao contexto nacional brasileiro, pois se trata de um tropo da “semiose colonial” (MIGNOLO, 2003). Nesse sentido, a cultura do padrão monoglota pode ser vista como parte de uma grande narrativa colonial que apaga ou hierarquiza histórias e falares locais, colocando a perspectiva europeia, branca e masculina como um saber universal e neutro, como uma métrica, um ponto de referência e de chegada.

2. Ideologia (e estrutura) linguística

Além de serem situadas e interessadas, ideologias linguísticas têm uma relação direta com a estrutura linguística, porque elas objetificam determinados segmentos das línguas, tornando esses segmentos o foco de analogias e reanálises e, conseqüentemente, o objeto de atenção metapragmática (ou reflexiva). cremos que algumas palavras sobre objetificação, analogia e reanálise seriam importantes aqui. Silverstein parte sobretudo do pensamento de Benjamin Lee Whorf para pensar os padrões socioculturais que os usuários das línguas coletivamente elaboram a partir da análise nativa e relativamente inconsciente de determinados fenômenos que ocorrem nas práticas linguísticas de que participam.

Tais padrões socioculturais são ideologias linguísticas também no sentido da analogia em Saussure, isto é, estruturalmente, eles são projeções de fenômenos de uma ordem de fatos gramaticais a outras ordens, socioculturais inclusive. No conhecido ensaio “The relation of habitual thought and behavior to language”, Whorf (1995 [1941]) observou diferenças marcantes entre as formas de falar [*fashions of speaking*] sobre o tempo e outras categorias entre os falantes de línguas Standard Average European (doravante, SAE), como o inglês, o português e o espanhol, e os falantes do Hopi, uma língua Uto-Asteca do nordeste do Arizona. Whorf observou, por exemplo, que as línguas SAE fazem diferença entre nomes individuais e nomes de massa e projetam, via analogia, propriedades semântico-gramaticais do primeiro grupo para o segundo. Nomes individuais “denotam corpos com arestas definidas: ‘uma árvore, um graveto, um homem, uma colina’” (WHORF, 1995, p. 69). Nomes de massa “denotam contínuos homogêneos sem arestas implicadas”, como água, tempo, farinha. Cada classe de nomes tem propriedades definidas e distintas nas línguas SAE – por exemplo, nomes de massa em inglês e português não têm artigo indefinido, em francês têm artigos partitivos *du, de la*,

des. Analogicamente, no entanto, os falantes dessas línguas projetam propriedades do primeiro conjunto de nomes para o segundo, *objetificando* nomes de massa com as características de nomes individuais, por exemplo falando de *um recipiente* de água ou de *uma extensão* de tempo. A objetificação, no caso, significa que os nomes de massa, que não têm arestas nem podem ser contados, podem assumir essas propriedades via processo analógico. Na comparação com o Hopi, Whorf percebe que essa projeção analógica não é universal: a língua Hopi não faz diferença entre nomes individuais e nomes de massa; todos os nomes nessa língua podem ser contados; mesmo aqueles correspondentes a “corpos vagos ou extensões vagamente circunscritas” ainda assim não carecem de formato ou tamanho na codificação gramatical da língua. O argumento de Whorf é que essa forma de análise contida nas línguas – isto é, este processo analógico, verificado em outros fenômenos semântico-gramaticais pelo autor – é *cultural*, afetando, de um lado, a estrutura da língua e, de outro, os padrões habitais de falar sobre certas coisas. Quando Whorf fala em objetificação, está enfatizando que projetamos metaforicamente um domínio da experiência no outro: nós, usuários de línguas SAE, objetificamos o tempo, uma entidade sem arestas, sem tamanho e sem substância, nos termos de nomes que permitem atribuir essas características, linearizando-o (“a *linha* do tempo”, “um *intervalo* histórico”) e dando a ele uma substância; os usuários da língua Hopi, nos termos de uma cosmologia que dá centralidade à noção de preparação, objetificam o tempo não como uma *linha* mas como *aceleração*. Falar de linearidade da história ou pensar sobre o tempo nos termos da mecânica newtoniana não fazem sentido na ideologia linguística Hopi. Por outro lado, a teoria da relatividade de Einstein, em que força é pensada não como movimento mas como aceleração, está muito mais distante da codificação do tempo e da força em línguas SAE e próxima da objetificação produzida pelos Hopi.

Essa digressão histórica pode nos ajudar a situar a proposta de Silverstein. Baseado nos padrões de objetificação observados por Whorf, nos quais as reanálises gramaticais feitas pelos usuários são também processos reflexivos (ou seja, ideológicos), Silverstein propõe que

em qualquer ideologia cultural da linguagem, de fato, espera-se que o uso da língua se torne um foco objetificado de racionalização, um objeto explícito das subjetividades dos atores e as suas compreensões intersubjetivas comunicáveis como pensamento social (1996, p. 290, grifos nossos).

No caso da cultura do Padrão monoglota – o processo ideológico e sociocultural em que a diversidade linguística tem sido racionalizada em sociedades multilíngues como a estadunidense –, esse “*foco objetificado de racionalização*” centra-se em duas noções nativas sobre o funcionamento da língua. A primeira, explorada por teorias como a imagem platônica da representação ou a semântica fregueana, é a de que a função da língua é denotar entidades “lá fora”. A segunda, intimamente relacionada à primeira e problematizada em teorias como a do mercado linguístico em Bourdieu, é a de que a máxima acurácia e eficiência na denotação seria alcançável por meio do Padrão, o que terminaria por posicionar – de um modo relativamente mágico ou natural – os falantes desse dialeto nos estratos mais elevados de um mercado linguístico desigual e commodificado. Achamos importante ter em mente a distinção e articulação dos dois focos da objetificação percebidos por Silverstein – e embasados em sua extensa coleção de comentários metapragmáticos em jornais – porque discussões sobre preconceito linguístico ou sobre ideologias que justificam a interna “superioridade” da língua padrão tendem a ignorar a primeira ideologia (referencialista), dando mais atenção à segunda.

Para um exemplo brasileiro desses dois padrões, vejamos um recorte da coluna “Somos todos imbecis”, em que Pasquale Cipro Neto aborda questões de referência e comodificação semiótica no contexto da crise pela qual o governo de Dilma Rousseff sofria em 2016 e que culminaria em seu controverso *impeachment*:

Somos todos imbecis

Pela enésima vez neste espaço, recorro a Paulo Freire: “A leitura do mundo precede a leitura da palavra”. Permito-me, mais uma vez, explicar aos que não entendem: quem não compreende o mundo, a realidade e as suas correlações não entende a palavra, o (con)texto etc.

A vida é um complexo e interminável texto, caro leitor. Às vezes, julgamo-nos capazes de entender ao menos os textos mais mezinhos, embora isso seja extremamente difícil ou mesmo impossível para a parcela imbecil da humanidade.

Como diz Leonardo Sakamoto, faltam amor e compreensão de texto. Quando se leem os comentários dos “internautas” sobre determinados textos, nota-se que o analfabetismo funcional, aliado ao ódio, ao preconceito, à ignorância, à falta de sensibilidade, de cultura, de educação, gera manifestações dignas de pena, nojo, desprezo etc., etc., etc.

Do alto da sua grande sabedoria, o eterno Umberto Eco dizia que a internet deu voz aos imbecis, o que é fato cabal, mais do que cabal. Que eu saiba, Eco não chegava a dizer que os imbecis são majoritários.

Exemplifiquemos a compreensão torta: em suas delações, Delcídio diz que o PT isso, o PT aquilo, e automaticamente isso se torna “verdade”. Quando ele diz que o PSDB isso, o PSDB aquilo, o barulho e o ódio não são os mesmos, e nada disso vira “verdade” imediatamente.

Se você ler o que acabei de dizer como uma defesa do indefensável PT, sugiro que volte aos bancos escolares e reaprenda o beabá da leitura. Desenho, para quem entendeu tortamente: uma delação, seja contra quem for, carece de comprovação, nada mais do que isso.

Mas agora a questão é outra. Um ponto é manifestarmos a nossa imbecilidade por avaliarmos como o Diabo gosta textos que não têm (nem de longe) o sentido que neles enxergamos, por ignorância, ódio, miopia intelectual, moral, ética.

Outro ponto é estarmos no pleno domínio das nossas faculdades mentais e também da capacidade de compreensão dos fatos e das suas correlações e alguém tentar nos convencer de que a nossa compreensão do texto (isto é, dos fatos) não é correta, verdadeira, pertinente etc.

Aí é o caso de inverter a proporção do que dizia o grande Umberto Eco, se é que ele não julgava majoritários os imbecis: no Brasil de hoje, nós, os imbecis, somos majoritários.

O melhor exemplo disso tudo é o que tem feito o “governo” nas suas desesperadas tentativas de sobreviver. Os imbecis não conseguimos compreender a real intenção da nomeação de Lula para a Casa Civil, por exemplo, o que prova e comprova que somos todos imbecis. Também não compreendemos a real intenção de Dilma no telefonema para Lula.

(...)

Tomo emprestados uns versos da letra da genial e atualíssima “Saudosismo”, de Caetano Veloso: “Eu, você, depois, Quarta-feira de Cinzas no país, e as notas dissonantes se integraram aos sons dos imbecis”. É, caríssimo Umberto Eco, *siamo veramente tutti imbecilli*.

(...)

(CIPRO NETO, 2016)

Esta coluna articula as duas racionalizações da ideologia monoglota padrão identificadas por Silverstein no contexto estadunidense. Nos termos de Pasquale, a função primordial da leitura é, primeiro, circunscrever partes discretas do mundo (ou relações entre essas partes). Em terminologia semântica, essa primeira função seria extensional. Segundo, Pasquale pontua que essa função extensional da leitura é realizada da melhor maneira por aqueles que não são acometidos pelo “analfabetismo funcional”, nem pela “falta (...) de cultura, de educação” – características normalmente associadas aos falantes dos dialetos não-padrão. Dito de outro modo, a atividade referencial plena é um privilégio daqueles que dominam o Padrão: “quem não compreende o mundo, a realidade e suas correlações não entende a palavra, o (con)texto etc.”

A associação entre as duas racionalizações é o fio condutor da coluna. Os não-imbecis são aqueles que conseguem estabelecer, do modo mais eficaz possível, a relação extensional entre um mundo que preexiste à palavra e ela mesma. Se a verdade é algo que se obtém extensionalmente, circunscrevendo ou “desenhando” os referentes que preexistiriam ao discurso, a assunção à categoria dos não-imbecis é alcançada intensionalmente, manipulando as regras de um sistema que confere o emblema de distinção a alguns eleitos. Embora recorrentemente Pasquale diga, como no título, “somos todos imbecis”, a categoria de imbecil parece estar pragmaticamente associada aos que não estabelecem a devida relação extensional entre linguagem e mundo e, conseqüentemente, a “correta” relação intensional entre os termos da língua. Assim, há aqueles para quem “falta amor e compreensão de textos”. Há também, por outro lado, aqueles que têm “pleno domínio das [...] faculdades mentais e [...] da capacidade de compreensão dos fatos e das suas correlações”. Nos termos dessa racionalização, a plena capacidade denotacional é também uma característica interna, mental. Relações sociais

simplesmente não são invocadas nos comentários de Pasquale sobre os problemas de “compreensão de texto”. Ao contrário, o peso recai sobre supostas características naturais dos falantes eleitos (como eles foram eleitos não é uma questão nessa ideologia), ou seja, aqueles falantes que terão o sucesso na empreitada de identificar os referentes adequados (a real intenção de Dilma, a compreensão correta dos fatos...).

Na coluna de Pasquale e nas racionalizações mais amplas da cultura monoglota, o “Padrão é o logos” (SILVESTEIN, 1996, p. 292). Estabelecida desde Platão e Aristóteles como a capacidade de estabelecer a verdade de um discurso, a proximidade do logos é entendida por Pasquale como não-imbecilidade. Como já comentado, é justamente na eleição à categoria de não-imbecil que reside a segunda operação de racionalização: a de comodificação. Analogicamente, as ideologias da máxima eficiência denotacional da norma monoglota padrão e de sua inerente comodificação justificam a desigualdade social a partir de uma suposta *desigualdade natural*. Em última instância, eles são (ou “nós somos”) imbecis porque não conseguem ler o “livro da natureza”, metáfora que Derrida (1973) identifica nas metafísicas de filósofos como Platão, Galileu, Descartes e Hume.

Como Silverstein (1996, p. 284) insiste em seu artigo, “os problemas essencialmente sociopolíticos do plurilinguismo societal se apresentam” nos termos desses processos de naturalização da diferença sociolinguística na cultura monoglota. Se estamos tratando de problemas essencialmente sociopolíticos, é de se esperar que haja vozes ou ideologias que reajam às operações de naturalização da cultura do Padrão monoglota. Fabian Severo e Dilma Rousseff, diferentemente, têm se engajado em ideologias reativas à naturalização do Padrão. Começemos por Fabian Severo.

3. Indexicalidade e a história interacional do dado

Nossa chegada até a situação de entrevista em Montevidéu e aos textos de Fabian Severo que relataremos a seguir – bem como ao discurso de Dilma Rousseff em portunhol, também em Montevidéu – está situada, como qualquer *dado de pesquisa*, no espaço e no tempo. Sublinhamos essa questão situacional para articular o próprio conceito de indexicalidade, outra questão teórica tratada pelo artigo e que tem implicações para a própria política de interpretação em que qualquer pesquisador/a está envolvido/a.

A indexicalidade tem sido uma noção útil em estudos linguístico-antropológicos, linguístico-aplicados, sociolinguísticos e pragmáticos para explicar a imbricação entre língua e contexto social (no contexto brasileiro, ver, por exemplo, SIGNORINI, 2018; MOITA LOPES; FABRÍCIO, 2018; PINTO, 2015; GONZALEZ; MOITA LOPES, 2016; LUCENA; NASCIMENTO, 2016). Há uma porção de significados sociais que não são comunicados pela referência das formas linguísticas, mas por outros elementos não-referenciais, que indicam determinados posicionamentos, relações ou ações que os interlocutores efetuam. Em sociolinguística, por exemplo, o estudo da variação linguística mostra que determinados itens lexicais, pronunciados diferentemente por usuários de variedades linguísticas distintas, indiciam certas características do pertencimento social do locutor – assim, duas variedades de pronúncia de um mesmo item estabelecem a mesma referência, mas distintos significados sociais. Mas a indexicalidade também pode ocorrer por meio de itens das línguas naturais que realizam referência, como os pronomes pessoais (Eu, você, ela), demonstrativos (esse, esta), advérbios dêíticos (aqui, ali, agora), etc. Independente da faceta lógico-referencial do significado social ou indexical, a pesquisa sobre indexicalidade,

fortemente influenciada por autores como Bakhtin, Voloshinov e Peirce, entende que parte desse significado, de qualquer enunciado escrito, gesticulado ou falado, “é sua história social, sua presença social e seu futuro social” (OCHS, 1992, p. 338).

A definição mais pioneira, e talvez a mais abrangente, de indexicalidade vem do semiótico Charles Peirce, que a definiu (usaremos sua terminologia) como a propriedade que um signo tem de representar um objeto, não por semelhança ou convenção, mas por co-presença física ou reação. Signos que representam seus objetos (ou referentes) por semelhança e convenção são chamados por Peirce, respectivamente, de ícones e símbolos. Índices, por outro lado, são contíguos aos seus objetos, reagindo a eles, às vezes sendo causados por eles. A fumaça é um signo natural *indicial* – algumas pessoas, nós inclusive, utilizam em português o neologismo *indexical* – porque ela foi causada pelo objeto por ela representado, o fogo; é ainda contígua ao fogo, reage a ele. A questão da indexicalidade tem interessado os estudos das questões sociais e culturais na linguagem porque os “processos de ancoragem indexical (...) não podem ser entendidos sem uma análise relativamente profunda dos contextos sociais e culturais da fala” (HANKS, 1999, p. 125). Nessa seara de estudos, a indexicalidade é particularmente relevante para a compreensão de como as pessoas são *socializadas* na contínua sequência dos encontros interacionais de que participam e como, por meio da conversa e de outros recursos desses encontros, se tornam sujeitos aptos – em graus variados – a interpretar e fazerem uso de determinados significados sociais.

Baseado nas interações de que participou no processo transexualizador do SUS, Rodrigo Borba (2016), por exemplo, pergunta: “como uma pessoa se torna um transexual verdadeiro?” Borba examina a indexicalidade dos encontros de usuários e usuárias do SUS com uma equipe multiprofissional, bem como outras

interações nas quais eles e elas são socializados/as, e observa a cadeia de conversas nas quais esses sujeitos aprendem (ou falham...) a se tornar pessoas aptas a receberem o tratamento hormonal, o acompanhamento terapêutico e a cirurgia transgenitalizadora oferecidos pelo Estado brasileiro. Borba salienta em sua análise de dados que se tornar um transexual verdadeiro implica, dentre outros importantes mecanismos semióticos, aprender a usar os signos de um determinado modo. A indexicalidade dos encontros é repleta de expectativas quanto à feminilidade (ou masculinidade) de certas formas de falar, usar o corpo e seus prazeres. As usuárias experientes, que aprenderam a conduta metapragmática esperada, passam então a ensinar as usuárias neófitas a se comportarem linguística e corporalmente de *forma viável*, em linha com protocolos médicos e psiquiátricos transnacionais que viajam até o SUS e afetam uma densa *ordem indexical* (SILVERSTEIN, 2003). A indexicalidade desses signos é, afinal, ordenada, regimentada e repleta de camadas de poder. Entendendo que processos sociais são efetuados, em escala micro, por relações sociais, Silverstein (2006, p. 14) resume que a indexicalidade “pode ser estudada como o meio pelo qual relações sociais entre comunicadores reais são estabelecidas, mantidas e transformadas, relativamente às normas invocadas na prática real.”

Assim, entendemos que a entrevista realizada por nós, Daniel Silva e Adriana Lopes, com o professor e poeta Fabian Severo é um encontro social, uma *conversa* situada numa cadeia maior de encontros online e offline. Como os/as analistas da conversa pontuam, conversas não são irrelevantes para entender a sociedade. Refletindo sobre a produção conversacional de hierarquias de gênero, Elinor Ochs (1992, p. 336) diz que “embora possam parecer mundanas, prosaicas e discretas, práticas conversacionais são os recursos primários para a produção de hierarquias de gênero.” Além disso, como Charles Briggs (1986, 2007) tem insistido, é comum que as entrevistas – nas

instituições sociais que a utilizam, incluindo a academia – sejam objetificadas como uma espécie de invólucro mágico, de onde a verdade sobre problemas sociais ou sobre os entrevistados emergiria de forma transparente; para desconstruir essa visão, Briggs (2007, p. 551) propõe que investiguemos as “cartografias comunicáveis” das entrevistas, isto é, os mapas que esses textos projetam sobre “suas fontes presumidas, processos de codificação, modos de circulação, audiência e modos legítimos de recepção, [os quais] naturalizam a prática de entrevistar, simultaneamente imbuindo as entrevistas com poder e as protegendo do escrutínio crítico.” Embora objetificar um texto ou qualquer outro segmento da língua seja algo que constantemente fazemos em nossa produção de sentido, nosso objetivo aqui é problematizar a própria comunicabilidade que projetamos do encontro que aconteceu na Casa do Brasil, em Montevideu, e que envolveu, além dos dois entrevistadores “oficiais” e o entrevistado, os colegas do campo da sociologia Bruno Coutinho e Marcus Dominguez, que também estavam na cidade para participar do XXXI Congresso da Associação Latino-Americana de Sociologia (doravante referido por ALAS), em dezembro de 2017. Para isso, procuramos trazer a história interacional desse dado, a entrevista, a qual tem um passado semelhante aos próprios trânsitos que, embora sejam frequentemente encaixados em regimes monolíngues de padronização, não se reduzem a eles. Sigamos.

Fabian Severo é professor de língua espanhola na cidade de Atlântida, localizada a 600 km ao sul de Artigas, a cidade onde ele nasceu, na fronteira do Uruguai com o Brasil, e a apenas 44 km ao noroeste da capital. Ele tem alcançado notoriedade a partir de sua produção literária emportunhol – nome que ele utiliza para nomear as práticas comunicativas resultantes do contato e da mistura do espanhol e do português na fronteira entre Uruguai e Brasil. Como explicam Bortolini, Garcez e Schlater (2015), alguns sociolinguistas

uruguaios consagraram o termo *Dialectos Portugueses del Uruguay* (DPU) para nomear essa variedade produzida pelo contato entre as duas línguas (ver ELIZAINCÍN; BEHARES, 1987; BEHARES, 2007). Cunhadas num paradigma de “língua vista como entidade fixa, isolada e independente” (BORTOLINI; GARCEZ; SCHLATTER, 2015, p. 168), as DPUs logo passaram a popular discursos educacionais e populares sobre a situação linguística na fronteira. Fabian Severo, no entanto, prefere o termo *portunhol*. Ele nos contou que Luiz Behares, um dos proponentes do termo DPU, já lhe disse publicamente que não há problema que “chame sua língua materna como queira, claro.” Abaixo, Severo nos explica porque utiliza o nome *portunhol*:

A mi me gusta portuñol. A mi me gusta como suena. ‘Esa es la lengua materna de él. Deja que la llame como quiera, dijo [Behares]’. Entonces, que pasa? Para mi es mi lengua materna. Que tiene la maravilla de que es oral, totalmente oral. Y que cambia de barrio, de hablante, de época de la vida. Para un tipo que escribe, inventa libros, es lo mejor que me pueda acontecer. Porque yo tengo todas las posibilidades. Yo abro (...) en mi cuaderno, agarro una lapicera, y tengo todas las posibilidades inéditas. Puedo jugar con el léxico, con la musicalidad. Yo puedo decir: ‘quando éramos chicos/quando era chico/quando nosotros era chico/quando nós era chico/quando nosotros iva/ quando nós ia/quando íbamos.’ Puedo hacer todo. Y además inventar palabras. Puedo decir ‘fronteiramente’. Cual es el problema?

Transitar de forma dinâmica entre línguas, experimentando um conjunto de práticas comunicativas ainda não sistematizadas na escrita, é para Severo um benefício de escrever em *portunhol*. Em termos bakhtinianos, Severo chama atenção no excerto acima à heteroglossia – isto é, “o problema da diferenciação interna e da estratificação presentes em qualquer língua nacional” (BAKHTIN,

1981, p. 189). A teorização de Bakhtin sobre línguas como recursos internamente diferenciados, estratificados e hierarquizados tem um vocabulário específico para abordar o problema da uniformização e da contestação ou instanciação de ideologias de uniformidade na prática concreta, como aponta Severo aqui e na seção seguinte. Esse vocabulário mobiliza, principalmente, as noções de forças centrípetas (forças que direcionam o movimento para o centro) e forças centrífugas (que se movem para fora do centro). No excerto em questão, o escritor translíngue explora o potencial centrífugo do portunhol – seu caráter não-unificado, não-sistematizado na escrita, híbrido – e como esse potencial é produtivo em sua escrita criativa. No entanto, o Portunhol não é só a sua língua para a ficção, é também sua “língua materna”, como ele próprio reivindica.

Em linha com o que o próprio Severo argumentou em sua entrevista, a reflexão pioneira de Bakhtin apontou que, em última instância, a interação entre as forças nas línguas é fruto de uma matriz “praticamente impossível de recuperar e portanto impossível de resolver” (HOLQUIST, 1981, p. 429). Assim, embora Severo, acima, explore o ineditismo e a singularidades de usos não-sistematizados na escrita ou numa instituição centralizadora, ele próprio, como mostraremos a seguir, sabe da força (centrífuga) exercida por essas instituições. A passagem abaixo, de Bakhtin, aborda a dialética “impossível de resolver” entre uniformização e singularidade, ou entre forças centrípetas (centralizadoras) e forças centrífugas (que seguem pela tangente) na linguagem:

Mas as forças centrípetas da vida da linguagem, encarnadas em uma “língua unitária”, operam no meio da heteroglossia. Em qualquer momento de sua evolução, a língua é estratificada não apenas em dialetos linguísticos no sentido estrito da palavra (de acordo com marcadores formais linguísticos, especialmente fonéticos), mas também – e este é o ponto essencial

– em linguagens que são socioideológicas: linguagens dos grupos sociais, linguagens “profissionais” e “genéricas”, linguagens das gerações etc. Desse ponto de vista, a língua literária é apenas uma dessas língua[gens] heteroglotas – e por seu turno é também estratificada em linguagens (genéricas, periféricas e outras). E essa estratificação e heteroglossia, uma vez efetuadas, não são apenas uma invariante estática da vida linguística, mas também aquilo que assegura a sua dinâmica [...]. Ao lado das forças centrípetas, as forças centrífugas agem; ao longo da centralização verbal e ideológica, o processo ininterrupto de descentralização e desunificação avança (BAKHTIN, 1981, p. 272)¹.

A história interacional desse encontro é ela própria marcada por trânsitos e pela interação indecível das forças destacadas por Bakhtin: Adriana Lopes já dialogava com Severo, nas redes digitais, porque a produção literária dele e seus discursos que desconstroem a noção de “língua vista como entidade fixa, isolada e independente” (BORTOLINI; GARCEZ; SCHLATTER, 2015, p. 168) a interessavam em sua prática de sala de aula e em sua problematização de ideologias sobre o ensino de língua materna no Brasil. Adriana Lopes então convidou Daniel Silva para montar um projeto em conjunto sobre transidioma. Os dois submetem então um trabalho em coautoria, “Todos nós semos da frontera: práticas de letramentos para uma pedagogia translingue”, ao encontro da ALAS, em Montevideu, que discutiria justamente a inserção de uma unidade sobre os poemas de Fabian Severo e a questão minoritária do portunhol em um curso de língua materna ministrado por Lopes. Com seu companheiro Bruno Coutinho, na rodoviária da cidade, ela avistou Fabian Severo, que chegava na cidade vindo de Atlântida, para um trabalho que ele

¹ Neste artigo, traduzimos Bakhtin a partir da tradução norte-americana de Caryl Emerson e Michael Holquist (BAKHTIN, 1981). Sugerimos, em português, a excelente e recente tradução de Paulo Bezerra (BAKHTIN, 2015).

desenvolve no Ministério da Cultura. Em meio a malas e à agitação de pessoas, literalmente, em trânsito, Adriana conseguiu falar com o escritor, e terminamos por antecipar uma entrevista presencial que teria acontecido por meios digitais não fosse esse encontro inesperado – e em trânsito.

A situação etnográfica em que a entrevista se realizou é, ela própria, um desafio à construção de homogeneidade social que é constantemente imaginada nos discursos oficiais da nação – brasileira, uruguaia e além... Essa entrevista é, em outras palavras, uma confrontação translíngua à homogeneidade cultural e linguística. Embora a entrevista tenha sido semi-estruturada por Adriana e Daniel, um clima de informalidade e solidariedade – resultante das interações anteriores entre Adriana e Fabian pelas redes sociais e do compromisso de todos os participantes com a justiça social e as minorias – estruturou a conversa, que foi conduzida em espanhol, em português e na recombinação transidiomática dos dois (JACQUEMET, 2005). Além dos quatro participantes interessados na narrativa de Fabian Severo, os quais nem sempre partilhavam da mesma agenda na conversa, a diversidade da atenção na mesa era dividida com o som alto da música brasileira que tocava no café da Casa do Brasil, uma casa de cultura no centro de Montevideu, e com os celulares que eram utilizados como gravadores. Portanto a própria situação de entrevista – que envolvia a mistura e a recombinação de línguas, diferentes atores com diferentes interesses, dispositivos de comunicação digital, bem como os recursos e as limitações de uma cafeteria lotada – era um nicho ecológico que pode ser caracterizado como um ambiente de “disposições translíngues” (LEE; JENKS, 2016), i.e., um local onde se pode identificar uma “abertura geral à pluralidade e à diferença no modos em que as pessoas usam a linguagem” (p. 317; ver também CANAGARAJAH, 2013).

O segundo dado a ser discutido, o discurso que Dilma Rousseff proferiu no encerramento do congresso de sociologia de que participamos, também tem uma história interacional que, apesar de distinta e envolvendo uma diferente escala de participação do autores deste artigo, também merece reflexão. A então presidenta eleita do Brasil, removida um ano antes do posto de presidente num processo político que tem sido classificado por observadores internacionais, segmentos da esquerda, intelectuais e outros setores como um golpe de Estado, falou na seção de encerramento do evento, a qual era promovida também pelo Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO). Ao lado de Dilma Rousseff, estavam na mesa o ex-presidente do Uruguai, José Pepe Mujica, o vice-presidente da Colômbia, Álvaro García Linera, Estela de Carlotto, presidenta da associação Avós da Praça de Maio, Argentina, além do professor Juan Carlos Monedero, da Universidad Complutense, Espanha, Consstaanza Moreira, senadora del Frente Amplio, Uruguai, e Nicolás Trotta, reitor da Universidad Metropolitana para la Educación y el Trabajo, Argentina. O encontro de Dilma Rousseff com esses e essas líderes latino-americanos/as e com a plateia de cientistas que a assistiam era, portanto, de cruzamentos e confluências de línguas e engajamentos e aspirações políticas. A então presidenta eleita faria um relevante apanhado dos fatos que culminaram no golpe – num discurso em portunhol. Para uma mesa em que as alianças transnacionais questionavam o poderoso centro neoliberal (e anglófono) em que decisões políticas são tomadas, muitas vezes à margem da lei e da democracia, a articulação de Dilma em portunhol desafiariam também discursos metapragmáticos de que ela seria “desarticulada na fala”.

Vale lembrar que não só a fala de Dilma, mas também a de Luiz Inácio Lula da Silva, também presidente do país pelo Partido dos Trabalhadores (PT), sempre foram alvo de metadiscursos que as

posicionavam como desprezíveis, incapazes ou desviantes. Além disso, já que ideologias linguísticas sempre se relacionam a outras ideologias (HILL, 2008), tais metadiscursos de ódio ao PT trouxeram à tona o enorme incômodo que esses governos geraram nas elites ao mexerem, minimamente, no sistema de opressão e privilégios que estrutura a sociedade brasileira. Se por trás das falas de ódio ao PT esconde-se um ódio aos pobres e, historicamente, marginalizados no Brasil – como apontou Leonardo Boff (2015) –, os discursos sobre a fala de Dilma e de Lula apontam para algo mais. Enquanto as mídias hegemônicas noticiavam a fala de Lula como um “desvio ou erro a ser corrigido”, revelando um racismo e um preconceito de classe extremos (COUTINHO; LOPES; SILVA, 2017), os metadisdiscursos que circularam sobre a fala de Dilma apontaram, posteriormente, para mais um violência estruturante da imaginação da elites brasileiras: o machismo. Dito de outro modo, ao passo que Lula “errava” por excesso – pois ele, ao se aproximar da fala do povo, rompia com certa expectativa eurocêntrica sobre o que deve ser a língua da política no Brasil (COUTINHO; LOPES; SILVA, 2017) – a fala de Dilma foi tratada por muitos jornalistas conservadores como uma espécie de “falta” linguística ou de uma afasia civilizacional.

Em *Voices Of Modernity*, Baumann e Briggs (2003) destacam que o projeto moderno andou de mãos dadas com um projeto de purificação da língua – a invenção de uma estrutura descontextualizada, ideal e livre de imperfeições que serviria como base para a ciência e para a política. A expressão máxima desse processo de purificação foi *O Curso de Linguística Geral*, compilado a partir das aulas de Saussure, que purificou a língua ao eleger a *langue* – isto é, um sistema ideal, distinto das práticas cotidianas ou *parole* – como objeto da pura ciência linguística. Desse modo, uma ideologia modernista fundamentou a imaginação da língua como uma estrutura descontextualizada, autônoma e sem qualquer indício das circunstâncias concretas,

relegadas ao domínio da *parole*. Para adentrar na civilização moderna, seria preciso, de partida, compartilhar da pureza linguística que, apesar de narrada como universal, está paradoxalmente ligada à construção de um esfera pública desigual e excludente, uma vez que essa língua perfeita, na prática, seria a expressão do privilégio de poucos. Assim, por um lado, homens brancos e europeus tornaram invisíveis a sua localidade e as suas marcas de pertencimento, colocando-se como paradigma de ciência, de política e de humanidade; por outro lado, mulheres, camponeses e não-europeus, ao serem diferenciados regional, racial ou sexualmente por seus corpos, foram excluídos da esfera pública, indiciados como incapazes para a razão e inaptos para a política, que requeria a pureza linguística para seu livre exercício.

Desse modo, práticas metadiscursivas hegemônicas, construídas historicamente, estão na base da desqualificação das falas das/os dirigentes do PT. Essas práticas reforçam essa imaginação moderna, em que apenas certa elite (de máscaras brancas, masculinas e monoglotas) teria a capacidade de governar a esfera pública. A presença de “outros” seria sempre uma ameaça à modernidade, principalmente em uma sociedade excludente, patriarcal e de base escravocrata como a brasileira.

Não foram poucas as injúrias dirigidas a Dilma. Xingamentos dentro e fora do mundo digital eram frequentes: por exemplo, durante os jogos da Copa do Mundo de 2014, realizados em seu último ano de governo, Dilma sofreu vaias nos quais se ouviam insultos como “vagabunda” e “vadia”, veiculados em canais abertos da TV brasileira. Eram comuns adesivos pornográficos com sua imagem na região do tanque de gasolina de carros, os quais chegaram a ser vendidos no site de vendas Mercado Livre. Além disso, capas de revistas conservadoras e suas reportagens tratavam Dilma como uma mulher histérica e descontrolada. Por exemplo, em 06/04/2016 a revista *Isto É* trouxe em sua capa a imagem de Dilma em *close*

aparentemente gritando com alguém, acompanhada da seguinte chamada “As explosões nervosas da presidente”.

Extremamente misóginos, os metadiscursos conservadores se disfarçavam de humor mordaz. Um exemplo desses discursos sarcásticos é o livro do jornalista Arnaldo Araújo, lançado em 2015, que traz em seu próprio título, *Dilmês: o idioma da mulher sapiens*, uma referência à ideologia que sustenta o seu sarcasmo. Em entrevista concedida a Revista Veja (2016), o autor do livro comenta que Dilma teria um “lapso mental” que criava um novo idioma, caracterizado pelo uso do feminino, mas também por suas construções linguísticas primitivas (ARAÚJO, 2016). No livro, a fala de Dilma é classificada como uma “um triste espetáculo de pensamentos rudimentares, expressos por uma sintaxe que desafiaria estudiosos da neurolinguística.” De acordo com Bauman e Briggs (2003), a qualificação da mulher como pré-moderna, fora do campo da cultura e da civilização, aproxima-se de alegoria triunfante da modernidade, em que a natureza irracional, confusa e feminina deve ser domada pela força e pela língua masculinas da razão, da ciência e da política. Desse modo, a crítica à fala de Dilma aponta para a misoginia fundante da modernidade, da civilização, logo do que hegemonicamente se imagina ser a sociedade brasileira. Retomando a reflexão de Leonardo Boff, poderíamos dizer que, por trás do sarcasmo que qualifica a performance da ex-presidente como “Dilmês”, se esconde um sentimento de repulsa à presença de mulheres na política.

Avancemos nas contestações de Fabian Severo e Dilma Rousseff às imaginações de uniformidade na língua.

4. Desafios da fronteira a políticas de

uniformização

Em nossa interação com Fabian Severo, o escritor contestou, em seus próprios termos, os dois fundamentos da cultura do Padrão monoglota discutidos na seção 2. Grosso modo, esses fundamentos predicam as ideias de que (1) a principal função das línguas é denotar (i.e., representar ou descrever) coisas “lá fora” e de que (2) a maior eficiência nesse processo de denotação irá posicionar os falantes bem-sucedidos – i.e., aqueles que são capazes de utilizar o Padrão para circunscrever o mundo – nos extratos mais elevados de um mercado linguístico desigual e comodificado. A narrativa que escutamos de Fabian Severo expressa desconforto com essas duas noções. Sua crítica a uma suposta função primária lógico-referencial da língua, que seria melhor adquirida pelo Padrão, foi articulada, por exemplo, quando pedimos a ele para elaborar um pouco sobre um comentário seu feito em visita a Santa Catarina, quando ele disse em entrevista a Yasmine Fiorini (2016) que os sons do portunhol são aqueles que “escutava quando estava na barriga da minha mãe”. Este foi o comentário que ele produziu em nossa interação:

Qué pasa qué soy padre, no? Soy padre y desde que/ desde que Julieta está, mi hija, en la panza de su madre todos los días nosotros hablamos con Julieta y más yo le ponía canciones, muchas canciones, por ejemplo yo le ponía ‘À primera vista’, de Chico César, ‘Quando não tinha nada eu vi’. Siempre lo escuchaba cuando estaba en la panza. Cuando Julieta nasce, los días en que estaba muy... yo le ponía esta canción. Y ella se quedaba quieta. Y escuchaba esta canción hasta que aprendió a cantar. Yo ya le estaba pasando cosas, en mi casa. Todos mis años en Artigas, y mas hasta ahora, no? Nosotros no hablamos español o portugués. Nosotros ni sabemos, no tenemos tampoco porque poner un nombre en lo que nosotros hablamos. Nosotros hablamos como hablamos. También en la Universidad

tienen que estudiar lo que estudian, que le pongan nombre, no? En lo que estudian, todo eso. Pero nosotros no tenemos ni porqué saber lo que hacemos ni cómo lo hacemos, nosotros tenemos que hacerlo. Hacemos naturalmente, como respirar. Si? Entonces, yo recién empecé a darme cuenta que la cosas se separaban en la escuela. Yo recién me di cuenta que era, que habían unas palabras que eran de acá o de allá en la escuela, cuando me empiezan a corregir. No acá no se habla así. En toda mi vida me corregirán, no? Porque es la diferencia entre uno que vivió, esto lo dicen muchas veces acá, en muchas ponencias y entrevistas. A una persona que nunca le dijeron que tenía que cambiar su palabras es capaz que no entiendan lo que pasó a mi.

Neste excerto, o desconforto de Severo com a ideologia referencialista, que separa as palavras que são deste e daquele lado da fronteira, é bem evidenciado em seu argumento de que os residentes da fronteira “ni sabemos, no tenemos tampoco porque poner un nombre en lo que nosotros hablamos. Nosotros hablamos como hablamos.” Isto é, nomear o referente é menos relevante do que produzi-lo por meio de práticas linguísticas que são fluidas, móveis e dinâmicas. Como ele articula ao narrar as situações em que tocava a música de Chico César para sua filha “en la panza de su madre”, os usuários de portunhol na fronteira estão menos preocupados com “acurácia referencial” do que com “eficácia interacional” (JACQUEMET, 2016, p. 80). Seguindo Agha (2007), Jacquemet explica que:

acurácia e eficácia são questões bastante distintas envolvendo dois diferentes relacionamentos semióticos: a primeira envolve o eixo da denotação (o elo entre descrição e a coisa ou evento descritos), a segunda, o eixo da interação (o elo entre interactantes). Um ato referencial é interacionalmente eficaz, independente de sua acurácia denotacional, se os

interagentes têm uma compreensão relativamente simétrica do que é o referente, isto é, se eles podem se “coordenar mutuamente” com o referente, com base em seu comportamento relativo durante uma interação” (JACQUEMET, 2016, p. 80).

Para Severo, as formas de cognição envolvidas no evento coletivo de ouvir uma canção em português, no processo inicial aquisição de linguagem de sua filha, não são uma atividade de socialização calcada no potencial lógico-proposicional da linguagem (afinal sua filha ainda não “falava”), mas performativo: mesmo antes de aprender o sentido denotacional das palavras, ela já demonstrava ser afetada pelos versos de uma canção em “outra língua”, acalmando-se ao ouvi-la. Em vez de acurácia denotacional, o que estava em questão nesse evento musical era a eficácia interacional (e afetiva) envolvida na mútua calibração de afetos por meio da música.

Após narrar os efeitos da translanguagem na sua filha, ele parece generalizar os efeitos dessa experiência para as práticas comunicativas na fronteira de forma mais ampla: “Nosotros no hablamos español o portugués. Nosotros ni sabemos, no tenemos tampoco porque poner un nombre en lo que nosotros hablamos. Nosotros hablamos como hablamos.” Dito de outro modo, nós da fronteira sequer sabemos estabelecer a referência (acadêmica) a respeito do que falamos – portunhol? DPU? *fronterizo*? Nós apenas misturamos português e espanhol e fazemos coisas com as palavras resultantes.

Fabian Severo então critica o segundo fundamento da cultura do Padrão monoglota, especialmente por meio de um desafio ao seu modo de legitimação. Em sua narrativa, o Padrão monolíngue é legitimado como um dialeto que tem poderes mágicos de melhor denotação possível. Mas, para ele, a atividade denotacional é plenamente possível também em portunhol. Em seu discurso

metapragmático, oportunhol é tão expressivo quanto qualquer língua natural. Diz ele:

El problema es que cuando la teoría no se adapta a la realidad lo que falla es la teoría no es la realidad. Porque cuando yo empecé a sentir una necesidad de decirme, no lo pude hacer en español. El español estándar. Este invento, esta ficción llamada español estándar. No puede hacerlo. Entonces yo quería decirme, quería decir un montón de cosas que se pasaban y no encontraba como. Hasta que un día las palabras me salieran todas entreveradas y yo dejé salieren todas entreveradas. Y esa palabra era otra y la otra y era un verso y un libro y otro libro y eran muchos libros y eran miles de páginas. Así entreveradas. Y ahí me di cuenta que estaba en la frontera, o que estaba en mi casa. Era yo. Hay cosas que tienen que ver con el afecto que sólo puedo decir en mi lengua materna.

Perceba que, no excerto acima, Severo tanto aponta para o potencial denotacional e criativo doportunhol – “y esa palabra era otra y la otra y era un verso y un libro y otro libro y eran muchos libros y eran miles de páginas” – quanto para os efeitos de intimidação que a língua legítima pode causar em usuários de variedades ou práticas comunicativas minoritárias. Deixar que as palavras saíssem misturadas, entreveradas, foi para ele uma forma de encontrar um lugar de fala, por mais móvel que tal lugar possa ser.

E foi com esse mesmo espírito combativo e fronteiriço que Dilma Rousseff saudou a imensa plateia que a aguardava no auditório da Prefeitura de Montevidéu, onde ela falaria para cientistas das humanidades vindos de vários lugares da América Latina, acompanhada pelo líderes políticos latino-americanos que elencamos na seção 3. Dilma faria o discurso de encerramento, proferido após o das outras autoridades presentes. Assim ela iniciou:

Buenas noches. Yo peço la comprensión de ustedes

porque yo hablo un perfeito portuñol. ((risos)) Yo soy la única en la mesa que habla portuñol. Entonces peço su comprensión. Entiendo que tengo de falar portunhol porque es siempre más difícil para los hispanohablantes de entender portugués do que para nosotros entender el español por una cuestión de la amplidão de las vocales. ((muitos risos)) Queria començar cumprimentando este líder, que es un grande líder de la America Latina mas también del mundo, que es Don Pepe Mujica ((aplausos)). Queria cumprimentar nuestro vice-presidente del estado plurinacional de Bolívia, Álvaro Garcia Lineira ((aplausos)). Queria cumprimentar Estela de Carlotto, a voz, la voz de todos e de todas que lucharan e que continuam lutando en Argentina, en un exemplo para nostra América ((apalусos)). (...)

Dilma Rousseff entextualiza uma racionalização do discurso técnico da fonética – a maior amplitude vocálica do português vis-à-vis o espanhol – para justificar seu uso de portunhol. Prática linguística de falantes em trânsito que geralmente não dominam uma ou as duas formas padrão do espanhol e do português, o portunhol é, nesse sentido, uma prática linguística minoritária – ou de uma maioria minoritarizada, como diria Marilda Cavalcanti (1999). A desenvoltura com que a ex-presidenta do Brasil narrou os eventos que precederam e sucederam o golpe, argumentou sobre os interesses do capitalismo do Norte Global pela sua destituição, destrinchou as artimanhas do judiciário e explicou as conquistas e os percalços de sua administração – tudo isso enunciado em portunhol – é, a um só tempo, uma evidência de que o Padrão não é a forma mais eficiente ou racional (ou mesmo a única) para a atividade de denotar e um índice de que a política de Dilma já era transnacional e *entreverada* de partida. Por seu caráter indexical, a forma linguística é enquadrada numa ordem – e o enquadre que se instituiu naquela mesa redonda era de reconhecimento e reverência ao que Dilma

tinha a dizer. Na contramão de comentários metapragmáticos que circularam na mídia corporativa e em discursos conservadores que taxavam Dilma de “desarticulada na fala”, ali ela demonstrou plena segurança da narrativa social-democrata que ela partilhava com aqueles líderes políticos, bem como da forma de enunciação desse discurso, o portunhol – que indiciava ao mesmo tempo um trânsito entre a “sua” língua e a língua “deles/as”.

Assim como Fabian Severo, Dilma Rousseff desafiava ali um Padrão. Embora o Padrão seja legitimado como uma forma “neutra”, “sem sotaque”, em uma palavra, “não-indexical”, ele é repleto de índices raciais, morais, sexuais, de gênero e classe. Livros como o citado *Dilmês: o idioma da mulher sapiens*, de Celso Arnaldo Araújo, e *Que horas ela vai? O Diário da agonia de Dilma*, de Guilherme Fiuza, expõem já no título o sexismo mobilizado contra a imagem da primeira líder do executivo mulher do país. Essas obras também apontam para um importante fato indexical: a imaginação do Padrão é também uma aspiração sobre corpos masculinos viáveis – e, em contradistinção, sobre corpos femininos inviáveis. A imposição do Padrão masculinista contra Dilma, na política e na língua, foi, em última instância, uma forma de violência. Numa espécie de intertexto da obra de Araújo (2015), Fiuza (2016, p. 1), por exemplo, explica que seu livro “é um roteiro da via-crucis de Dilma Rousseff, a primeira mulher sapiens a presidir o Brasil – e certamente a última.”

O machismo confesso dessas palavras se une a outras imagens hegemônicas no Brasil e em outros Estados nacionais, cuja naturalização de formas aparentemente “sem história” e “sem indexicalidade” interditaram aquelas identidades minoritárias que têm sido violentamente apagadas no Brasil. Escutar a mensagem fronteira de Fabian Severo e Dilma Rousseff, dois usuários minoritários de portunhol, parece ser um caminho interessante para entender como uma prática comunicativa menor pode projetar

formas alternativas de estar no mundo e contestar apagamentos e naturalizações de outras formas hegemônicas, por vezes violentas.

Referências

AGHA, Asif. *Language and Social Relations*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

ARAÚJO, Arnado. *Dilmês: o idioma da mulher sapiens*. Rio de Janeiro: Record, 2015.

ARAÚJO, Arnado. O ‘dilmês’ é motivo de impeachment, 4 jan. 2016. TV VEJA. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Bpb6-ngtNEw>. Acesso em: 7 mai. 2019.

BAKHTIN, Mikhail. *The Dialogic Imagination*. Tradução de Caryl Emerson e Michael Holquist. Austin: University of Texas Press, 1981.

BAKHTIN, Mikhail. *Teoria do romance I: A estilística*. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: 34. ed. 2015.

BEHARES, Luis. Portugués del Uruguay y educación fronterizo. In: BROVETTO, C.; GEYMONAT, J.; BRIAN, N. (orgs.) *Portugués del Uruguay y educación bilingüe*. Montevideo: Administración Nacional de Educación Pública, 2007. p. 99-171.

BOFF, Leonardo. O que se esconde atrás do ódio ao PT? 05 mar. 2015. *Carta Maior*. Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Coluna/O-que-se-esconde-atras-do-odio-ao-PT-/33000>. Acesso em: 7 mai. 2019.

BORBA, Rodrigo. *O (des)aprendizado de si: transexualidades, interação e cuidado em saúde*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2016.

BORTOLINI, L.; GARCEZ, P; SCHLATTER, M. Práticas linguísticas e identidades em trânsito: espanhol e português em um cotidiano comunitário escolar uruguaio na fronteira com o Brasil. In: MOITA LOPES, L. P. (org.). *Português no século XXI: ideologias linguísticas*. São Paulo: Parábola, 2013, p. 249-273.

BRIGGS, Charles. *Learning How to Ask: A sociolinguistic appraisal of the role of the interview in social science research*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

BRIGGS, Charles. Anthropology, interviewing, and communicability in contemporary society. *Current Anthropology*, v. 48, n. 4, 2007, p. 551-580.

CANAGARAJAH, Suresh. *Translingual Practice: Global Englishes and Cosmopolitan Relations*. New York: Routledge, 2013.

CIPRO NETO, Pasquale. Somos todos imbecis. *Folha de S. Paulo*, 17 mar. 2016. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/pasquale/2016/03/1750845-somos-todos-imbecis.shtml>. Acesso em: 7 mai. 2019.

COUTINHO, Bruno; LOPES, Adriana; SILVA, Daniel. Populism and the people in Lula's political discourse: Bridging Social and linguistic theory. *Revista de Estudos da linguagem*, v. 25, n. 2, 2017, p. 681-710.

CAVALCANTI, M. Estudos sobre educação bilingue e escolarização em contextos de minorias linguísticas no Brasil. *DELTA*, v. 15, 1999, p. 385-418.

CAVALCANTI, M. ; MAHER, T., (orgs.). *Multilingual Brazil: Language resources, identities and ideologies in a globalized world*. London: Routledge, 2018.

DERRIDA, Jacques. *Gramatologia*. São Paulo: Perspectiva, 1973.

ELIZAINCÍN, A; BEHARES, L.; BARRIOS, G. *Nós falemo brasileiro: dialectos portugueses del Uruguay*. Montevideo: Editorial Amesur, 1987.

ELIZAINCÍN, A; BEHARES, L. Variabilidad morfosintáctica de los dialectos portugueses del Uruguay. *Boletín de Filología de la Universidad de Chile*, v. 3, 1981, p. 401-417.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008 [1952].

FIORINI, Yasmine. “Falar portunhol é tão natural quanto respirar”, diz poeta uruguaio Fabián Severo. *Diário Catarinense*, 10 out. 2016. Disponível em: <http://dc.clicrbs.com.br/sc/entretenimento/noticia/2016/10/falar-portunhol-e-tao-natural-quanto-respirar-diz-poeta-uruguaio-fabian-severo-7772725.html>. Acesso em: 7 mai. 2019.

GONZALEZ, C.; MOITA LOPES, L. P. Reflexividade metapragmático sobre o cinema de Almodóvar numa interação online: Indexicalidade, escalas e entextualização. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, v. 57, p. 1102-1136, 2018.

FIUZA, G. *Que horas ela vai?* O Diário da agonia de Dilma. Rio de Janeiro: Record, 2016.

GRAMLING, David. *The invention of monolingualism*. New York: Bloomsbury, 2016.

HANKS, William. Indexicality. *Journal of Linguistic Anthropology*, v. 9, p.124-126, 1999.

HILL, Jane. *The Everyday Language of White Racism*. London: Willey-Blackwell, 2008.

HOLQUIST, Michael. Glossary. In: BAKHTIN, M. *The Dialogic Imagination: Four Essays*. Austin: University of Texas Press, 1981, p. 423-434.

IRVINE J.; GAL, S. Language ideology and linguistic differentiation. In: KROSKRITY, P. (org.). *Regimes of Language: Ideologies, politics, and identities*. Santa Fe: American Research Press, 2000. p. 35-84.

JACQUEMET, Marco. Transidiomatic practices: Language and power in the age of globalization. *Language & Communication*, v. 25, 2005, p. 257-277.

JACQUEMET, Marco. Asylum and superdiversity: The search for denotational accuracy during asylum hearings. *Language & Communication*, v. 44, 2016, p. 72-81.

LEE, Jerry; JENKS, Christopher. Doing Translingual Dispositions. *College Composition and Communication*, v. 68, n. 2, p. 317-344.

MIGNOLO, W. *Histórias locais/projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003

MOITA LOPES, Luiz Paulo; FABRÍCIO, Branca Falabella. Viagem textual pelo sul global: Ideologias linguísticas queer e metapragmáticas translocais. *Linguagem em (Dis)curso*, v. 18, 2018, p. 769-784.

OCHS, Elinor. Indexing gender. In: DURANTI, A.; GOODWIN, C. (orgs.). *Rethinking Context: Language as an interactive phenomenon*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992, p. 335-359.

PINTO, Joana Plaza. De diferenças e hierarquias no quadro Adelaide às análises situadas e críticas na Linguística Aplicada. *DELTA*, v. 31, 2015, p. 199-221.

SEVERO, Fabian. *Noite Nu Norte: poesía de la frontera*. Montevideo: Rumbo Editorial, 2010.

SEVERO, Fabian. *Viento de nadie*. Montevideo: Rumbo Editorial, 2013.

SEVERO, Fabian. *Viralata*. Montevideo: Rumbo Editorial, 2015.

SIGNORINI, Inês. Metapragmáticas da ‘redação’ científica de ‘alto impacto’. *Revista do GEL* (Araraquara), v. 14, 2018, p. 59-85.

SILVERSTEIN, M. Language structure and linguistic ideology. In: CLYNE, P.; HANKS, W.; HOFBAUER, C. (orgs.). *The elements: a parasection on linguistic units and levels*. Chicago: Chicago Linguistic Society, 1979, p.193-247.

SILVERSTEIN, M. Monoglot ‘standard’ in America: Standardization and metaphors of linguistic hegemony. In: BRENNEIS, D.; MACAULAY, R. *The matrix of language*. Boulder: Westview, 1996, p. 284-306.

SILVERSTEIN, M. Indexical Order and the Dialectics of Sociolinguistic Life. *Language and Communication*, v. 23, 2003, p. 193-229.

SILVERSTEIN, M. Pragmatic Indexing. In: MEY, Jacob L.; BROWN, Keith. (orgs.). *Concise Encyclopedia of Pragmatics*. Elsevier Science, 2009, p. 14-17.

WHORF, Benjamin. The relation of habitual thought and behavior to language. In: BLOUNT, Ben (org.). *Language, Culture, and Society: A book of readings*. Prospect Heights: Waveland Press, 1995 [1944], p. 64-84.

Como citar

SILVA, Daniel do Nascimento e; LOPES, Adriana Carvalho. “Yo hablo un perfeito português”: Indexicalidade, ideologia linguística e desafios da fronteira a políticas linguísticas uniformizadoras. *Revista da Abralin*, v. 17, n. 2, p. 144-181, 2018.

Recebido em 31/01/2019 e aceito em 18/04/2019